

7º Congresso Latino-americano de Ciência Política

De 25 a 27 de setembro de 2013.

**Culturas Estratégicas em dissonância: Argentina e Brasil no campo da Defesa e da
Segurança Internacional**

Samuel Alves Soares

Universidade Estadual Paulista –UNESP

Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional- GEDES

Bogotá

2013

RESUMO

As relações entre a Argentina e o Brasil no campo da Defesa e da Segurança Internacional são usualmente apresentadas como a passagem de uma situação de rivalidade e competição para um novo patamar de confiança mútua. O artigo ressalta este aspecto considerando estas relações com base nas identidades construídas e reveladas em culturas estratégicas singulares, apresentando o argumento que parcela da confiança tem como origem desconfianças enraizadas. Acordos, tratados, orientações no campo da Defesa de cada país revelam uma trajetória marcada por avanços na confiança e ultrapassam os ditames de uma cultura estratégica recíproca, porém sem constituir uma cultura estratégica conjunta.

Palavras – Chave

Segurança e Defesa Regional; Argentina-Brasil; Cultura Estratégica, Identidade,
Confiança mútua

A construção da identidade e a cultura estratégica

O regionalismo no campo da Defesa e da Segurança Internacional tem sido uma resposta às transformações no sistema internacional, ensejando novas organizações de cunho regional, algumas com o claro intuito de criarem espaços de autonomia frente às potências. No caso da América do Sul, a União Sul-Americana das Nações ampara-se exatamente nesta premissa, ao tempo em que acolhe afinidades políticas de parte dos países da região. Como aponta Hurrell¹, o regionalismo é demarcado pelo aumento da consciência regional, traduzida pelas identidades.

No presente texto parte-se da concepção de que os atores se relacionam por meio de suas identidades, não exclusivamente por suas capacidades materiais ou mesmo a consideração de que os interesses derivam das identidades. Os atores vão adquirindo identidades, que remetem ao entendimento que possuem de seu papel específico e as expectativas sobre si mesmos², o que permite a Wendt considerar um *continuum* de identidades egoísticas à cooperativas. No processo de construção social, um Estado pode adquirir uma identidade de autoajuda, mas esta identidade não é dada, como na teoria neorrealista, mas socialmente construída pela interação entre atores e estrutura.³

Esta temática retoma o debate sobre agente e estrutura. Para Wendt⁴, as estruturas, que organizam as ações dos agentes, são formadas por sentidos coletivos, identidades e interesses. É com base neste aparato analítico que se apresenta a questão central deste artigo: em que bases Argentina e Brasil estabelecem os parâmetros mais gerais para a Defesa e Segurança Internacional? Do ponto de vista relacional, é possível considerar que tem havido um deslocamento das percepções de ameaças recíprocas para um patamar de maior cooperação nas formulações e ações dos dois países? Analisar as percepções sobre ameaças nos documentos elaborados por estes dois países no período permite identificar

¹ HURRELL, Andrew. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, jan/jun/1995.

² WENDT, Alexander. "Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics", *International Organization*, 46/2, 1992.

³ MCSWEENEY, Bill. *Security, Identity and Interests: a sociology of international relations*. New York: Cambridge Press, 1999.

⁴ Idem.

como se autorreferem em suas políticas. Contribui para analisar o comportamento dos atores e compreender as suas prioridades estratégicas. Mais complexo, porém não menos importante, é considerar em que medida se altera uma cultura estratégica entre os países, um forte sinalizador das linhas de uma possível identidade coletiva.

Considera-se cultura estratégica como “um conjunto de representações sociais que dominam as elites políticas e intelectuais referente à política externa e à política de segurança de um país”⁵. Refere-se, ainda, ao lugar que ocupa ou deve ocupar um país na cena internacional, como também a como os demais países são vistos, ou seja, exatamente no conjunto formador das identidades. Propõe-se dois tipos de cultura estratégica. No caso de países cuja relação pauta-se pela rivalidade, concorrência ou até mesmo pela amizade, tem-se uma cultura estratégica *recíproca*, na medida em que tal cultura se erige na perspectiva direta da relação que estabelecem entre si. Traduz as situações em que as ações de atores, como os Estados, são reciprocamente orientadas. Se, contudo, as representações deixam de orientar-se pela visão direta do Outro, isto é, se em suas relações externas dois ou mais países já não se ocupam em estabelecer sua ação tendo o Outro como referente central, chega-se a um patamar em que a cultura estratégica passa a ser *conjunta*. Neste caso, a ação externa compreende uma visão mais convergente entre tais países, a ponto de considerarem, em particular para o caso da segurança e da defesa, uma ação coordenada, quando não integrada.⁶ Em termos identitários, consistirá em uma ultrapassagem de uma identidade marcada pela redução da reciprocidade como referência.

Portanto, pode-se apresentar a questão anterior em outros termos: no caso de Argentina e Brasil, em que há um passado de perseguição de hegemonia ou ao menos preponderância regional, vigora uma cultura estratégica recíproca ou prepondera uma cultura estratégica conjunta?

O argumento central é que a cultura estratégica recíproca exhibe sinais claros de esgotamento, sem que se observe a existência de uma cultura estratégica conjunta, isto

⁵ MERAND, Frédéric; VANDEMOORTELE, Antoine. «L'Europe dans la culture stratégique canadienne, 1949-2009». *Études internationales*, vol. 40, n° 2, 2009, p. 244.

⁶ MOTTA, Bárbara; SOARES, Samuel. Argentina e Brasil: uma cultura estratégica conjunta em *adagio*. *Revista Latitud Sur*, Número 8, 2013. (no prelo).

porque os mecanismos identitários dos dois países são distintos e pouco convergentes. As distinções residem nas expectativas e orientações estabelecidas em cada país, reveladoras do que almejam e de como se organizam para atingir seus propósitos. Identities constituem-se por dimensões difusas, distantes de uma linearidade, impondo dificuldades para sua identificação e análise. No campo da Defesa uma possibilidade para desvelar identities é retomar as orientações mais gerais estabelecidas por um país tanto no estatuto conferido à sua inserção internacional, quanto ao tratamento estabelecido em certas áreas sensíveis no âmbito interno. As políticas de defesa – em sentido amplo - estabelecidas por estes países podem revelar traços destas identities, pois demarcam intenções, perspectivas de inserção internacional e apontamentos mais gerais das debilidades e das possibilidades no âmbito da Segurança Internacional.

A identidade se revela nas orientações normativas

A orientação geral das políticas de defesa⁷ dos países objetos desta análise caracteriza-se por singularidades em relação ao estatuto conferido à cooperação sub-regional em Defesa e Segurança. Os formatos de indicação dos objetivos de defesa, reveladores do processo de sua elaboração, são claramente distintos. Tome-se um exemplo da formulação argentina:

La definición de “defensiva estratégica” como orientación global de la Defensa constituye la base de la dirección de la actual política. Ella implica la derogación de las concepciones de la “hipótesis de conflicto” con los países vecinos, y el establecimiento de un concepto que rompe con la agresividad y las posiciones expansionistas y se incluye en las definiciones de paz de la Organización de las Naciones Unidas.⁸

Os Estados da região (entorno geográfico) recebem a sinalização de que a Argentina abandona a hipótese de conflito em âmbito regional⁹. A demarcação é

⁷ O termo é empregado de forma generalizada e abarca tanto documentos intitulados Políticas de Defesa, quanto Livros Brancos de Defesa.

⁸ Política de Defensa Nacional. Argentina, 2010.

⁹ Para os fins deste texto, a apresentação das formulações é feita de maneira direta, sem o emprego de outras metodologias. Entretanto, é possível atingir novas camadas de significação se forem adotadas alternativas de Análise do Discurso, o que não é o objetivo no presente caso. Observe-se, contudo, que uma mera citação de um trecho não deve ser anotada como sendo uma orientação geral. Há ciência desta clara limitação, e por

suficientemente clara para traduzir uma posição consistente. Tem-se aqui o primeiro marco nitidamente diferenciador do caso brasileiro. Decerto é apresentado como exemplificação, porém é recorrente em outros documentos, como se pode notar:

Procurando condiciones que consoliden el mantenimiento de la paz, es política de Estado en Argentina profundizar a nivel regional la cooperación en defensa y, al mismo tiempo, avanzar –según las voluntades de los Estados vecinos– en la construcción de un sistema de defensa subregional que trascienda los niveles de confianza mutua ya alcanzados y permita acceder a estadios cualitativamente superiores. Esta política refleja fielmente el compromiso y la vocación integracionista de la República Argentina.¹⁰

Otro de los aspectos salientes de la Ley de Reestructuración es la previsión de que los niveles de conducción y de planeamiento estratégico analicen el posible desarrollo de un sistema de defensa común en el marco del Mercosur, considerando los requerimientos que de esos acuerdos pudieran surgir. Constituye éste, un antecedente de la faceta cooperativa de la defensa argentina y de la vocación del país por la integración regional.¹¹

O segundo marco diferenciador refere-se à orientação do poder político às forças armadas. Observe-se:

La política de Defensa que el gobierno de la presidenta Cristina Fernández de Kirchner está impulsando implica la integración de las Fuerzas Armadas al marco democrático y a las estructuras republicanas y el irrestricto respeto de los Derechos Humanos

Esta orientação não permite dúvidas quanto ao estatuto da busca da condução política da Defesa e do controle das forças armadas. Não significa, por certo, que os objetivos tenham sido atingidos em plenitude, mas sim que é um rumo de ação explicitado.

O Brasil orienta a suas formulações por postulados com algum grau de diferenciação na comparação com a Argentina. Note-se a formulação:

A segurança de um país é afetada pelo grau de instabilidade da região em que se situa. A estabilidade regional é, pois, objetivo nacional. O Brasil

esta razão anota-se a perspectiva da Análise de Discurso, esta sim permite identificar o Percurso Gerativo de Sentido de forma mais geral e ampla.

¹⁰ Argentina, Libro Blanco de la Defensa Nacional, 2010, p. 47.

¹¹ Idem, p. 81.

considera desejável que prevaleçam o consenso, a harmonia política e a convergência de ações entre os países sul-americanos.¹²

Há uma valorização relevante com a estabilidade, porém o foco é orientado por outra angulação:

Assim....emergem os Objetivos Nacionais de Defesa: VI – intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.¹³

Estão claramente apresentados os objetivos mais largos do Brasil. Há um deslocamento do regional para o mundial, uma perspectiva ampliada e que, embora não necessariamente exclua a dimensão regional, porém não a valoriza como prioridade.

Na dimensão interna há um quadro de estabilização política, com uma nítida redução da autonomia militar frente ao poder político, não obstante a preservação de marcos do passado, no caso o julgamento da repressão política durante o regime autoritário. A manutenção da Lei de Anistia é reveladora da situação de inércia estabelecida pelo sistema político. A criação do ministério da Defesa indica possibilidades de ser atingida uma equação mais equilibrada entre um controle civil ainda não inteiramente estabelecido e uma condução política da Defesa a ser conquistada. A carência de uma deliberação política neste sentido ainda não foi evidenciada, enquanto a Argentina desponta como o país em que esta relação é mais perceptível.

Das concepções nacionais para os mecanismos regionais

A dimensão regional é diversa se comparada aos anos 60 e 70 do século passado. Mecanismos concretos de confiança mútua aceleram os entendimentos e instituições regionais, como o Conselho Sul Americano de Defesa, apresentam-se como fóruns legitimados de busca de consenso e de construção de uma identidade em Defesa. A criação do CSD contou com forte adesão brasileira, entretanto, ao serem analisados os Planos de Ação nota-se uma distinção de comprometimento com seus objetivos.

¹² Livro Branco de Defesa Nacional, 2012, p.34.

¹³ Política Nacional de Defesa, 2012, p. 8.

Tendo em vista que a pretensão do CDS é funcionar como um mecanismo de integração que possibilite o diálogo sobre as realidades, necessidades e perspectivas dos países que dele fazem parte; procurar reduzir conflitos e desconfianças entre os membros; e prover as bases para a elaboração de políticas comuns¹⁴, reitera-se a constante necessidade de analisar se a integração entre os países sul-americanos está se dando de forma a permitir a ocorrência destas metas baseadas no objetivo central do CDS, ou seja, no desenvolvimento de mecanismos que assegurem a defesa e segurança cooperativa na região. É possível, desta forma, indicar o comprometimento de Argentina e Brasil como países-membro do Conselho do Conselho de Defesa Sul-Americano e seus Planos de Ação, os quais se apresentam como responsáveis diretos pela efetivação dos objetivos a serem atingidos pelo Conselho.

O primeiro a ser desenvolvido, o Plano de Ação 2009-2010, foi preparado durante a Primeira Reunião de Vice-Ministros de Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano, em Santiago do Chile, em janeiro de 2009. Nesse sentido, além dos objetivos gerais, os quais correspondem aos interesses da UNASUL e do CDS como um todo, o Plano também conta com objetivos específicos, elaborados para serem cumpridos durante aquele biênio. Tais objetivos são divididos em quatro eixos. São apresentados apenas os objetivos em que assumem responsabilidades a Argentina e o Brasil¹⁵:

Eixo 1- Políticas de Defesa:

- Possibilitar o acesso à informação sobre gastos e indicadores econômicos de Defesa. (Responsáveis: Argentina e Chile)

Eixo 2 – Cooperação militar, ações humanitárias, e operações de paz:

- Planificar um exercício combinado de assistência em caso de catástrofe ou desastres naturais. (Responsáveis: Argentina, Bolívia, Guiana, Peru e Venezuela);

¹⁴ BORBA, Pedro dos Santos. Segurança na América do Sul. Dossiê temático nº 01/2009. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo71.pdf> Acesso em: 27 ago 2012.

¹⁵ Disponível em: http://www.unasurcds.org/index.php?option=com_content&view=article&id=162%3Aplan-de-accion-2009-2010&catid=57%3Aespanol&Itemid=189&lang=pt> Acesso em: 10 jun 2011.

- Organizar uma conferência sobre lições aprendidas em operações de paz, tanto no âmbito interno, como multilateral. (Responsáveis: Argentina e Uruguai);
- Elaborar um inventário das capacidades de Defesa que os países oferecem para apoiar as ações humanitárias. (Responsáveis: Brasil e Colômbia);
- Trocar experiências no campo das ações humanitárias a fim de estabelecer mecanismos de resposta imediata para a ativação de ações humanitárias frente a situações de desastres naturais. (Responsáveis: Argentina, Peru e Venezuela).

Eixo 4 – Formação e capacitação:

- Criar o Centro Sul-Americano de Estudos Estratégicos de Defesa (CSEED) em Buenos Aires, Argentina. (Responsáveis: Argentina e Chile);
- Realizar durante os dias 11, 12, e 13 de novembro de 2009, no Rio de Janeiro, o Primeiro Encontro Sul-Americano de Estudos Estratégicos (1º ESEE). (Responsáveis: Argentina, Brasil e Chile).

Uma primeira mirada nas atribuições de cada país é reveladora da distinção entre Argentina e Brasil. Não se pretende, neste artigo, aprofundar as iniciativas e ações decorrentes, mas tão-somente apresentar evidências da relevância destinada aos ditames do CSD. Pode-se indicar outras razões para o distanciamento e mesmo omissão brasileira, porém sem menosprezar como ocorreu a adesão aos vários eixos.

Assim como o Plano de Ação anterior, o referente ao biênio 2010-2011 também apresentou a efetivação de algumas de suas ações, e deu continuidade a outras iniciadas no Plano de Ação 2009-2010 e o quadro não é muito diverso. Aponte-se que o Brasil assumiu a responsabilidade de elaborar e ministrar um curso sobre Defesa, sob os auspícios da Escola Superior de Guerra. Importa ressaltar a fragilidade da proponente, uma instituição construída pelos fundamentos da internalização do conflito e orientada por delineamentos doutrinários, o que contradiz a busca por novas conceituações no campo da Defesa e da Segurança Internacional, um dos objetivos do CSD.

Ao inverso, a Argentina empenha-se em participar ativamente do processo de institucionalização do CSD, com participação em vários eixos, além de abrigar o Centro de Estudos Estratégicos do CSD.

Porém, apesar das exaltações ao aumento da participação e empenho brasileiro em relação às questões sul-americanas, o mesmo comprometimento não é visto quando se trata dos Planos de Ação elaborados pelo CDS. Ao analisá-los, observa-se que o Brasil, país visto como um dos mais engajados na institucionalização da UNASUL, se responsabiliza pela minoria das tarefas a serem executadas nos Planos, as quais na maioria das vezes não são cumpridas no prazo estipulado ou são reprogramadas para o biênio seguinte. Ademais, é possível perceber que as ações mais difíceis de serem realizadas são aquelas que dependem de trocas de informações estratégicas entre os países, as quais não deveriam ser difíceis de serem concretizadas quando a cooperação é foco prioritário e o foco da região – como incita o próprio Brasil

A Argentina, por sua vez, reitera o aumento de seu empenho e comprometimento para com a região, características que se refletem, por conseguinte, no seu envolvimento com o CDS, com os Planos de Ação e suas metas, a indicar uma deliberação no sentido de aprofundar os laços com seu, especialmente com as questões de Defesa, nota-se que o país apresenta fortes pretensões de se aproximar ainda mais do CDS. Tais indícios podem então ser evidenciados na exposição do ministro Bielsa:

A integração não é uma panaceia que nos permitirá resolver, magicamente, todos os nossos problemas, mas, sim, uma dinâmica de cultura política, onde marcham em um equilíbrio difícil, porém auspicioso, o fortalecimento dos Estados, juntamente com a construção de instituições supranacionais; a defesa dos interesses econômicos e estratégicos nacionais e sua potencialização dentro de um quadro de integração regional.¹⁶

Da reciprocidade ao descompasso

Da exclusiva perspectiva da cooperação em Defesa na América do Sul, as posições de Argentina e Brasil não se afinam quanto ao grau de cooperação. Ao contrário, enquanto a Argentina dá mostras de buscar uma integração mais efetiva nesta área, o Brasil aponta que seu objetivo é menos ambicioso e persegue uma cooperação mais ativa.

¹⁶ Revista Diplomacia, Estratégia e Política. Nº 1, outubro/dezembro, 2004, p. 21.

As pretensões brasileiras se revelam em uma dimensão de cunho mais mundial, antevendo possibilidades de inserir-se em novo patamar no sistema internacional, com destaque à pretensão de constituir-se como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, objetivo não referendado pelos países sul-americanos. A Argentina produz um relativo deslocamento, notável, de considerar sua defesa como um atributo não exclusivamente nacional, mas também inerente aos mecanismos regionais.

Há, portanto, diferenciações entre a orientação normativa da Defesa na Argentina e no Brasil, em particular no que se refere ao contexto interno, em que apontam para uma orientação política civil para a defesa, na Argentina; a produção de uma mentalidade de defesa na sociedade, no Brasil. Em sua dimensão externa, a que ontologicamente refere-se à defesa, há particularidades evidenciadas. A Argentina convoca a região como amplitude para uma defesa coletiva; o Brasil, nos documentos mais recentes, eleva a importância da região, mas seu foco é claramente voltado para o cenário mundial.

As políticas de defesa de Argentina e Brasil revelam distinções do estatuto da cooperação. Os deslocamentos afirmam-se por diferenciadas espacialidades e concepções. São indicativos dos marcos identitários, nos quais estão ausentes perspectivas de rivalidade, uma medida de compasso entre os dois países. Ao mesmo tempo em que apontam para limites à cooperação e portanto reveladores dos descompassos existentes.

A cultura estratégica recíproca esgota-se a passos largos. Entretanto, não é substituída por uma cultura estratégica conjunta, a reverberar uma identidade em que objetivos, de um lado, e ameaças, por outro, revelem uma convergência mútua. O descompasso entre as culturas indica avanços da Argentina na perspectiva do regionalismo e uma posição mais conservadora por parte do Brasil. Se a presente situação não compromete a redução das desconfianças, por outro lado apresenta-se como um limite relevante para o aprofundamento da integração em Defesa na América do Sul, na medida em que o eixo Argentina-Brasil, essencial para o processo, encontra-se cingido por dissonâncias.

Referências bibliográficas

ACUÑA, C. *La nueva matriz política argentina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.

- ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. *Security Communities*. New York: Cambridge, 1998.
- ALSINA JR, João Paulo Soares. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46, n. 2, 2003.
- ARGENTINA, Política de Defesa Nacional, 2010.
- ARGENTINA, Libro Blanco de la Defensa Nacional, 2010.
- ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Ed. UnB/IPRI, 2002.
- BALZACQ, Thierry. La securité: définitions, secteurs et niveaux d'analyse. *Federalisme, Regionalisme*, v. 4: 2003-2004.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos da Tríplice Aliança ao Mercosul – Conflito e integração na América do Sul 1870-2003*. Rio de Janeiro: Renavan, 2003.
- BOOTH, Ken. *Critical Security Studies and World Politics*. Lynne Rienner Publishers, 2005.
- BRASIL. Política de Defesa Nacional, 2012.
- BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional, 2012.
- CAMILIÓN, Oscar. *Memórias Políticas: de Frondizi a Menem, 1956-1996*. Buenos Aires: Planeta, 1999.
- CEPALUNI, G.; VIGEVANI, T. *A política externa brasileira: a busca da autonomia de Sarney a Lula*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 3a ed. Brasília: Editora UnB, 2008
- FARREL, Theo. Constructivism Security Studies: portrait of a research program. In: *The International Studies Review*, Volume 4, Number 1, Spring 2002, p. 49-72(24).
- FLEMES, Daniel. *Notas Teóricas sobre a Formação de uma Comunidade de Segurança no Sul entre Argentina, Brasil e o Chile*. *Revista de Sociologia e Política*, n. 24, jun 2005.
- HANSEN, Lene. *Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war*. New York: Routledge, 2006.
- HURRELL, Andrew. Explaining the resurgence of regionalism in world politics. *Review of international Studies*, v. 21, n. 04, 1995
- LANTIS, Jeffrey S. Strategic Culture and National Security Policy, *International Studies Review* 4 (3), 87–113.
- LAPID, Yosef; KRATOCHWIL, Friedrich. *The return of culture and identity in IR theory*. London: Lynne Rienner, 1996.
- MOTTA, Bárbara.; SOARES, Samuel. Argentina e Brasil: uma cultura estratégica conjunta em *adagio*. *Revista Latitud Sur*, Número 8, 2013. (no prelo).

OELSNER, Andrea. *International relations in Latin America: peace and security in the Southern Cone*. Routledge, 2005.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. O Lugar do Brasil na Política Externa da Argentina: a visão do outro. *CEBRAP Novos Estudos*, n. 65, março de 2003.

SAINT-PIERRE, Héctor L. Brasil. In: Isidro Sepúlveda; Sonia Alda. (Org.). *La administración de la Defensa en América Latina I. Normativa y organización de la Defensa*. Madrid: Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado, 2008, v. I, p. 69-84.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *La Defensa en la Política Exterior de Brasil: El Consejo Suramericano y la Estrategia Nacional de Defensa*. Real Instituto Elcano, Documento de Trabajo 50/2009.

SIMONOFF, Alejandro. *Regularidades de la Política Exterior de Néstor Kirchner*. In: *CONfines*, ago-dez/2009

SPEKTOR, Mathias. *O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979)*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 45, vol. 1, 2002.

VADELL, Javier Alberto. *A Política Internacional, a Conjuntura Econômica e a Argentina de Néstor Kirchner*. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 49, 2006.

VAZ, Alcides Costa. *Cooperação, Integração e Processo Negociador: a construção do Mercosul*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VILLA, Rafael. *Da Crise do Realismo à Segurança Global Multidimensional*. São Paulo: Anablume/Fapesp, 1999.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International organization*, v. 46, n. 02, p. 391-425, 1992.

WENDT, Alexander. Constructing International Politics. *International Security*, Vol. 20, Nº 1. Summer 1995. p. 71-81

WILLIAMS, Michael C. Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics. *International Studies Quarterly*, Vol. 47, 2003. p. 511–531.

WINAND, Erica Cristina Alexandre. *Diplomacia e Defesa na Gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). História e Conjuntura na Análise das Relações com a Argentina*. Franca: UNESP, Tese (Doutorado), 2010.